

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

WILLIAM OVERHOLT, ASIA, AMERICA, AND THE TRANSFORMATION OF GEOPOLITICS

Nova York, Cambridge University Press, 2008, 366 pp.

William Overholt, antigo banqueiro e analista de relações internacionais da RAND Corporation, foi o autor de um dos primeiros livros sobre a ressurgência da China, em 1993 – *The Rise of China* –, e regressa ao tema com o seu estudo sobre a recentragem asiática da política dos Estados Unidos.

A fórmula do triângulo Estados Unidos-China-Japão, segundo a qual os Estados Unidos defendiam o Japão perante a ressurgência da China e protegiam esta última dos riscos de uma restauração militar japonesa, está a ser posta à prova, no pós-pós-Guerra Fria. Por um lado, a emergência da China como a principal potência asiática tornou mais forte a aliança militar entre os Estados Unidos e o Japão, que quer recuperar o seu estatuto como «potência normal». Por outro, a intensidade das relações económicas e políticas entre os Estados Unidos e a China persiste, apesar da desconfiança chinesa sobre a evolução

da aliança com o Japão. É cada vez mais difícil manter uma posição de equilíbrio perante a rivalidade entre a China e o Japão, cujas políticas, internas e externas, voltaram a ser dominadas pelos nacionalismos.

William Overholt desenvolve um conjunto de cenários para a evolução asiática, onde se destacam os riscos de guerra e as hipóteses de realinhamento. Os riscos de guerra decorrem quer da possibilidade de um retraimento estratégico dos Estados Unidos, que deixe o Japão e a China face a face, quer das dificuldades em manter o *status quo* em relação a Taiwan, onde os generais chineses têm de demonstrar a sua capacidade para impedir a independência e os almirantes norte-americanos de dissuadir uma invasão continental. Os cenários de realinhamento incluem uma reaproximação entre o Japão e a Alemanha para contrabalançar a convergência entre os Estados Unidos e a China e, sobretudo, a antecipação de uma crise da globalização em que o círculo virtuoso do crescimento económico e do prestígio internacional é substituído pelo círculo maligno do protecționismo regional e dos nacionalismos.

BILL EMMOTT, RIVALS. HOW THE POWER STRUGGLE BETWEEN CHINA, INDIA AND JAPAN WILL SHAPE OUR NEXT DECADE

Londres, Harcourt Inc., 2008, 328 pp.

Sete anos depois do 11 de Setembro, os analistas começam a olhar para a mudança mais importante do pós-Guerra Fria, a par do «momento unipolar» norte-americano: a Ásia passou a ocupar o centro da política internacional.

Brama Chellaney foi o primeiro a analisar a nova competição tripolar entre a China, a Índia e o Japão como a chave dos próximos conflitos internacionais. Bill Emmott, o antigo *editor-in-chief* do *Economist*, inscreve-se nessa linha e considera historicamente inédita a existência de três grandes potências na Ásia. Na sua opinião, a China, a Índia e o Japão estão a crescer paralelamente e a criar uma dinâmica de integração dos mercados na Ásia como um todo, unindo, pela primeira vez, a Ásia Oriental e a Ásia do Sul e, por arrastamento, as periferias do Pacífico e da Ásia Central. Essa dinâmica de integração económica é acompanhada por uma intensificação da rivalidade entre as três grandes potências, que se exprime, bem entendido, no aumento exponencial das suas capacidades militares e no desenvolvimento dos seus programas espaciais.

A Ásia que está a emergir da própria competição estratégica entre a China, a Índia e o Japão é, segundo Emmott, parecida com a Europa do século XIX, onde também existiam várias grandes potências, sem que nenhuma conseguisse impor a sua preponderância: a Grã-Bretanha falhou a tentativa, tal como a China não vai ser capaz

de prevalecer. Mas há duas diferenças importantes. A primeira é a existência dos Estados Unidos, que podem impedir uma guerra entre as potências asiáticas; a segunda é a ausência de um concerto entre a China, a Índia e o Japão. As alternativas propostas por Emmott são fracas: nem a integração nas instituições internacionais nem o alargamento das instituições regionais têm capacidade para regular a competição entre os rivais asiáticos, muito menos para enquadrar a extraordinária confiança história que marca a ressurgência da China e, cada vez mais, também a da Índia.

LARRY DIAMOND, THE SPIRIT OF DEMOCRACY

Nova York, Times Books, 2008, 464 pp.

Num momento crítico, em que se consolida a transição autocrática na Rússia, Larry Diamond, um dos responsáveis pelo *Journal of Democracy*, faz o balanço da «terceira vaga» de democratização, que começou com o golpe de Estado militar de 25 de Abril.

Em 1974, a grande maioria dos estados tinha regimes totalitários ou autoritários. Nos vinte anos seguintes, a democracia tornou-se o regime político predominante e 65 das 110 autocracias de 1974 tinham completado a sua transição para a democracia. A mudança não foi apenas quantitativa. No princípio, a emergência das democracias dependia da existência dos requisitos económicos e sociais – uma classe média estável – da modernização definidos por Seymour Lipset. Mesmo em 1990, Adam Przeworski mostrou que só a

partir de um certo nível de desenvolvimento era possível assegurar a consolidação das democracias pluralistas. Porém, a maior parte dos países mais pobres do mundo passaram a ser democracias e Armatya Sen explicou que essa mudança era indispensável para poderem deixar de ser pobres: a democracia deixou de ser um luxo.

Para Larry Diamond, o espírito da liberdade é mais forte do que os condicionamentos económicos e sociais e pode prevalecer se a vontade colectiva das democracias o quiser impor e se as novas democracias puderem demonstrar as suas qualidades políticas na luta contra a corrupção e os abusos de poder. Há também uma dimensão regional importante na democratização: o Médio Oriente tem-se revelado especialmente resistente à democratização, enquanto a América Latina e a Ásia Oriental incluem um número importante de «democracias em risco».

As vagas de democratização são seguidas por contravagas autoritárias. A luta contra o terrorismo protege os aliados autocráticos das democracias, a China resistiu à mudança de regime e a Rússia regressou nos últimos anos. Larry Diamond reconhece que a terceira vaga terminou – o momento de viragem foi o golpe de Estado militar no Paquistão, em 1999, e que existe o risco de a nova tendência ser uma *reverse wave*. Mas está nas mãos das democracias evitar essa inversão de marcha.

CHARLES TILLY, DEMOCRACY

Nova York, Cambridge University Press, 2007, 246 pp.

Pela mão de Charles Tilly, Joseph Butenwieser, professor na Universidade

de Columbia, a macro-sociologia chegou ao tema da democracia ou, mais precisamente, da democracia, da democratização e da «de-democratização» (*dedemocratization*).

A democratização, segundo Tilly, resulta da interação entre três processos – o alargamento da participação popular, a equalização do acesso aos recursos políticos não estatais e a inibição de centros autónomos e arbitrários de poder dentro e fora do Estado. No princípio, trata-se de integrar formas arcaicas de democracia – as guildas de mercadores, as oligarquias plebeias das comunidades rurais, os movimentos revolucionários – na formação institucional do Estado que abre o caminho para a democracia moderna.

É um processo errático em que a democratização alterna com a dedemocratização. A chave do seu sucesso é a combinação entre as dinâmicas da democratização – incluindo as revoluções democráticas europeias do século XVIII – com um Estado forte. Há um ciclo virtuoso na consolidação democrática, que exige a integração das redes sociais e uma crescente igualdade de oportunidades, e a expansão do Estado é estimulada pelo aumento das exigências resultantes dessas tendências. Pelo contrário, as democracias nunca, ou quase nunca, criaram raízes nos estados fracos. Por outro lado, as transições democráticas costumam ocorrer por ondas ou em agregados colectivos de vários países, como em 1848, em 1918, em 1974 ou em 1989: há uma dimensão internacional, ou regional, que estimula os três processos motores da democratização, por vezes pela força da intervenção das

potências vencedoras, como nas guerras napoleónicas ou no fim da Grande Guerra.

Para Tilly, as boas estratégias de democratização devem dispensar a engenharia institucional e não precisam de pregar as virtudes democráticas. Franco criou as condições para a democracia quando subordinou as Forças Armadas espanholas

ao Estado centralizado, o regime racista sul-africano garantiu a transição controlada do Estado para um regime maioritário e Vladimir Putin pode estar a criar uma via autoritária para a democracia quando impõe a autoridade do Estado contra os oligarcas. Sem Estado forte, não há democracia sustentada.

■ CARLOS GASPAR

ESTUDOS EUROPEUS

STEPHAN KEUKELEIRE E JENNIFER MACNAUGHTAN, *THE FOREIGN POLICY OF THE EUROPEAN UNION*

Londres, Palgrave, 2008, 374 pp.

Aqui está um livro que merece ser lido por todos os estudantes, e praticantes, de política externa no espaço europeu. Muito actual e bem investigada, a obra de Keukeleire e MacNaughtan apoia-se em entrevistas realizadas a uma panóplia de actores de política externa europeus, o que transparece de forma vívida no retrato que fazem da formulação de política externa em Bruxelas em vésperas da adopção do Tratado de Lisboa. A política externa é uma das áreas híbridas da política europeia, com capacidades e competências divididas entre, por um lado, os governos nacionais e as instituições europeias, e por outro, entre as próprias instituições europeias: Conselho e Comissão, e, embora mais marginal, o Parlamento. Os autores de *The Foreign Policy of the European Union*

retratam a progressiva fusão de algumas das competências políticas, em particular as que se relacionam com as intervenções militares e civis em áreas de conflito nos Balcãs, mas mostram também as fraquezas e incoerências do sistema europeu. Uma das mais notadas é, depois do alargamento a Leste a mais dez membros, a crescente dificuldade de tomar decisões no Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas. Sem tirar esta conclusão, os autores apontam para a necessidade da criação de um directório entre os grandes da União para que a política externa da União tenha um centro decisório primordial.

Para além das questões institucionais e instrumentos próprios da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), o livro oferece também um bom panorama da Política Europeia de Segurança e Defesa. Os restantes capítulos descrevem de forma concisa e vívida as várias áreas em que União Europeia (UE) formula políticas com dimensão externa, como sejam o comér-

cio, onde a Comissão tem poderes exclusivos, os assuntos internos e de segurança comum ou os direitos humanos. Além de relatarem o desenvolvimento da política externa no virar do milénio, os autores retratam também as mudanças previstas pelo Tratado de Lisboa, e por isso tudo aponta para que este venha a ser um dos livros de referência sobre o assunto durante os próximos anos.

NICOLA CASARINI E CONSTANZA MUSU (EDS.), EUROPEAN FOREIGN POLICY IN AN EVOLVING INTERNATIONAL SYSTEM: THE ROAD TOWARDS CONVERGENCE

Londres, Palgrave, 2007, 260 pp.

Com este livro, Nicola Casarini e Constanza Musu dão um importante contributo para a compreensão dos desenvolvimentos recentes na política externa europeia. Enquanto que o volume de Keukeleire e MacNaughtan se ocupa primordialmente dos aspectos do desenvolvimento interno da PESC, Casarini e Musu fazem uma avaliação do papel da UE como actor global na era do pós-Guerra Fria. Esta compilação fornece uma variedade de estudos de caso que avaliam, por um lado, o impacto independente da UE como actor internacional e, por outro, a relação da União com os outros actores e estruturas internacionais. Nas duas primeiras secções, a UE no sistema internacional e a UE e as grandes potências, os diferentes autores dos capítulos preocupam-se em particular com a avaliação das relações da UE com os outros actores no sistema internacional, como sejam as relações com a China e a Rússia ou outras organizações

internacionais, como a OSCE, as Nações Unidas ou a NATO. Na terceira e quarta secções, a UE e a gestão de conflitos e as políticas regionais da UE, os capítulos debruçam-se sobre a avaliação do impacto da política externa europeia, como seja nos conflitos israelo-árabe, do Chipre, do Sara Ocidental, ou dos Balcãs, mas também consideram os diferentes estádios das políticas regionais que se vão definindo. A imagem que emerge do livro é a de um espaço político europeu em formação, no qual a política externa e de segurança se desenvolve *by default*, isto é, por necessidade de ocupação de um espaço vazio e na reacção às crises que emergiram na vizinhança da União e à qual os países europeus e as instituições europeias responderam. Esta parcial autonomia e capacidade da União não possui, contudo, uma autoridade e estratégia correspondente.

MILADA ANNA VACHUDOVA, EUROPE UNDIVIDED: DEMOCRACY, LEVERAGE AND INTEGRATION AFTER COMMUNISM

Oxford, Oxford University Press, 2005, 342 pp.

O livro de Vachudova aborda a questão do desenvolvimento da democracia na Europa Central e Oriental, concentrando-se na explicação de como é que estes sistemas se formaram após a derrocada da Cortina de Ferro. A autora considera que a UE teve uma influência profunda no desenvolvimento da democracia e na economia de mercado dos países da Europa Central e Oriental. A questão central da autora é a de explicar as diferentes trajectórias dos antigos países comunistas do Leste europeu depois de 1989, em par-

ticular por que é que alguns deles desenvolveram democracias liberais e outros democracias iliberais nos primeiros anos que se seguiram ao colapso do comunismo, e por que é que algumas das democracias iliberais mudaram o seu rumo em meados e finais dos anos de 1990. De acordo com Vachudova, entre 1989 e 1994, o poder da UE em relação aos países da Europa Central e Oriental era passivo, ou seja, meramente baseado na existência da UE e na possibilidade (mas não na promessa concreta) de adesão futura. O desenvolvimento da democracia na Europa Central e de Leste em 1989 ficou a dever-se a factores domésticos, em particular a presença de uma forte oposição e, em alguns casos, de um partido comunista reformista. Países que continuam uma constelação de actores favoráveis, como a Hungria, a Polónia e a República Checa, tornaram-se democracias liberais, enquanto os que não a tinham, como a Eslováquia, a Roménia e a Bulgária, desenvolveram-se de forma iliberal. No segundo período, que começou em meados dos anos de 1990, a UE exerceu uma influência activa sobre os países da Europa Central e Oriental, baseada na interdependência assimétrica, na imposição e na meritocracia. Esta influência activa teve algum impacto nas democracias já liberais – por exemplo na mudança da política externa húngara em relação aos seus vizinhos – mas o seu efeito mais dramático deu-se nas democracias iliberais, onde ajudou a criar sistemas políticos mais competitivos e abertos, em linha com o modelo prevalecente na Europa Ocidental. A principal contribuição de *Europe Undivided* é o desenvolvimento de uma teoria

abrangente que tenta integrar a influência da UE e os factores domésticos, e uma análise comparativa sistemática de seis países durante quinze anos. Apesar de a análise de Vachudova não resolver uma questão teórica importante, como, por exemplo, a do impacto do factor europeu na mudança interna dos sistemas democráticos, este é um dos livros mais importantes sobre o desenvolvimento da democracia na Europa Central e Oriental que surgiu nos últimos anos.

VESSELIN DIMITROV, KLAUS GOETZ E HELLMUT WOLLMANN, GOVERNING AFTER COMMUNISM: INSTITUTIONS AND POLICY MAKING

Lanham, Rowman & Littlefield, 2006, 294 pp.

A transição para o comunismo na Europa Central e Oriental trouxe consigo enormes desafios no plano económico e político, designadamente a criação de instituições governativas centrais capazes de coordenar, integrar e dirigir o processo de formulação de políticas. Neste livro os autores investigam este processo ao longo de mais de uma década, partindo de um extenso trabalho de campo onde, de forma exaustiva, recolheram fontes primárias relativas a este processo. O livro tem duas partes. A primeira examina em detalhe as diferentes trajectórias dos executivos na Polónia, na República Checa, na Hungria e na Bulgária desde o fim dos anos de 1980 até meados da presente década, e mostra os seus efeitos nos padrões de políticas públicas, em particular no processo orçamental. Dimitrov, Goetz e Wollmann descrevem de forma

detalhada os diferentes factores explicativos: as heranças institucionais, os sistemas partidários em formação e o papel das crises, e avaliam o seu papel na mudança das instituições executivas centrais. Na segunda parte, os autores comparam e contrastam as diferentes trajetórias institucionais e os seus efeitos, interpretando os resultados dos diferentes tipos de instituições governativas emergentes na região. Finalmente, consideram o significado dos seus resultados em termos conceptuais e analíticos para os debates emergentes sobre a europeização, o alargamento e os padrões de governação.

Uma das principais contribuições deste livro é a da aplicação de modelos desenvolvidos para a Europa Ocidental, neste caso o enquadramento teórico das instituições executivas centrais, a casos da Europa Central e Oriental. Desta forma, o livro contribui para a fusão das literaturas da Europa Ocidental e Oriental num só mesmo corpo teórico, um desenvolvimento que imita na literatura académica o alargamento do espaço europeu ocidental a estes países. Também notável é a extrema clareza da linguagem e da estrutura do livro, que, sem concessões ao facilismo, torna os assuntos em causa compreensíveis à primeira leitura.

■ MADALENA MEYER RESENDE

MÉDIO ORIENTE

OLIVIER ROY, *SECULARISM CONFRONTS ISLAM*

Nova York, Colombia University Press, 2007, 128 pp.

O islão é compatível com as sociedades ocidentais modernas? Como é que as comunidades de crentes muçulmanos convivem com o secularismo do Ocidente? O islão é intrinsecamente resistente a qualquer forma de laicidade e de secularismo? Estas questões, associadas ao debate em torno da integração das comunidades de imigrantes muçulmanos na Europa, estão na origem do mais recente livro de Olivier Roy publicado em inglês.

Partindo dos conceitos de secularização – enquanto fenómeno social que não

requer implementação política – e de laicidade – enquanto escolha política que define o lugar da religião na sociedade de uma forma legal e autoritária –, o autor defende que a questão central não está no papel do islão mas sim no revivalismo religioso que marca as sociedades pós-culturalistas. A diferença está no mediatismo atribuído ao islão, que lhe confere uma dimensão política, resultante da centralidade dos conflitos no Médio Oriente e da presença de importantes comunidades de crentes muçulmanos na Europa.

O autor recorre também aos dois modelos de integração de imigrantes na Europa – o multiculturalismo britânico e a assimilação francesa – para procurar compreender como é que as comunidades muçulmanas minoritárias adequam as rotinas do dia-a-

-dia, resultantes das suas origens culturais e religiosas, aos compromissos que o secularismo ocidental lhes impõe. Segundo Olivier Roy, ambos os modelos de integração estão em crise, já que em França é evidente o reconhecimento dos muçulmanos como crentes no espaço público (por exemplo, através da afirmação do uso do véu) e no Reino Unido acentua-se a separação entre comunidades. Para o autor, o fracasso dos modelos é motivado pelo pressuposto de que existe uma ligação intrínseca entre religião e cultura quando, cada vez mais, a crença religiosa se vai afirmando sem uma base cultural.

Centrando-se na análise na comunidade muçulmana em França, o autor considera que o islão parece colocar em causa a identidade ou, pelo menos, a natureza das instituições francesas, sustentadas na laicidade e nos valores republicanos. De acordo com Roy, assiste-se a uma campanha islamofóbica que pretende alterar a paisagem política e intelectual francesa e demonstrar que o islão, mesmo na sua forma secular, é incompatível com as sociedades ocidentais. Com isto desenvolve-se uma hostilidade à presença de imigrantes muçulmanos, em particular por parte daqueles que consideram que a herança cristã faz parte da identidade francesa e europeia.

O autor destaca, ainda, que nas sociedades ocidentais existe um profundo desconhecimento sobre o islão, já que os paradigmas e os modelos utilizados para mobilizar o debate raramente reflectem as verdadeiras práticas dos muçulmanos mas sim o «choque das civilizações». Porque, para Olivier Roy, a verdadeira questão não está em aprender com o passado, ou seja,

com a história do mundo muçulmano, mas em entender como o islão está a ser reconstruído, no presente, pelos muçulmanos.

**PETER MANDAVILLE,
GLOBAL POLITICAL ISLAM**

Londres, Routledge, 2007, 388 pp.

O papel do islão político no século XXI é, certamente, um dos temas mais debatidos no actual momento das relações internacionais. Contudo, poucas são as obras que, de uma forma clara e concisa, analisam o aparecimento, o desenvolvimento e as perspectivas de evolução dos diversos movimentos políticos no seio do islão, em particular em articulação com os conceitos de nacionalismo e globalização. Este é o objectivo a que se propõe Peter Mandaville, numa obra que se apresenta como um manual de leitura de compreensão fácil mas que, ao mesmo tempo, consegue abordar as questões mais importantes e complexas em torno do islão político.

O argumento central do autor é que para compreendermos a vertente política do islão, nomeadamente os diversos movimentos que reivindicam os seus fundamentos ideológicos, é necessário reconhecer a centralidade da dinâmica entre os contextos locais e globais na política muçulmana, em particular num momento de interligação e interdependência social sem precedentes, resultado do processo de globalização.

A obra *Global Political Islam* começa por definir os conceitos que sustentam o islão e a política num contexto global – o papel da religião e da política na Europa e no mundo muçulmano, o secularismo oci-

dental, o papel da política local num mundo globalizado –, passando depois para uma resenha histórica do papel e da evolução das instituições e das normas políticas no mundo muçulmano. O autor atribui particular importância ao conflito entre o islão e o aparecimento dos estados seculares, que deu origem aos movimentos precursores do islamismo político. Mandaville analisa também a emergência do islamismo moderno, tendo em conta a construção de estados pós-coloniais no mundo muçulmano. No vértice da análise encontra-se a descrição de uma série de casos concretos relativos à participação política de movimentos islamitas, seja através do processo eleitoral, seja da implantação de regimes islâmicos. O autor conclui interligando os conceitos inicialmente definidos com os casos práticos descritos.

Peter Mandaville conclui referindo que os métodos, objectivos e vocabulários do islão se encontram numa fase de transformação, resultado do processo de globalização e da emergência de uma consciência política muçulmana que transcende fronteiras. Com isto, o islamismo clássico, visto como um projecto que procura captar o poder do Estado, vê-se forçado a competir com agendas políticas muçulmanas supra e infra-estatais, ou seja, com um movimento político islâmico transnacional e com o reconhecimento da identidade muçulmana em sociedades cada vez mais seculares. O objectivo último do autor é produzir uma análise que vá para além do islamismo e para além do Estado. Uma análise que transcenda as fronteiras entre o político e o religioso. Porque só assim

será possível perceber o impacto da globalização no mundo muçulmano.

GU DRUN KRÄMER, A HISTORY OF PALESTINE: FROM THE OTTOMAN CONQUEST TO THE FOUNDING OF THE STATE OF ISRAEL

Princeton, Princeton University Press, 2008, 357 pp.

É um lugar comum dizer que «não é possível entender o presente sem olhar para o passado», mas esta expressão adquire um significado particular quando falamos do território correspondente à Palestina do Império Otomano. Gudrun Krämer, uma historiadora alemã, procura traçar a história deste território com dois elementos de análise inovadores: o período em estudo tem início antes da imigração massiva de judeus no final do século XIX; e evita dar um destaque particular à história política, já que considera que este é um elemento que marca, de forma excessiva, as análises produzidas na actualidade.

A autora admite que muito do seu trabalho se centra na maioria árabe, mas porque esta é a comunidade que predomina na Palestina no período definido para análise, ou seja, entre 1750 e 1950. Ao mesmo tempo, reconhece o dinamismo do projecto de construção da nação sionista na Palestina, na primeira metade do século XX, que em muito desenvolveu aquele território, por vezes em benefício da comunidade muçulmana, mas que, ao mesmo tempo, terá conferido uma determinada legitimidade ao peso e à reacção nacionalista árabe. Isto porque apesar de as duas comunidades permanecerem

socialmente segregadas, eram economicamente interdependentes e estavam espacialmente interligadas.

Esta obra tem a particularidade de colocar a análise do contexto político ao mesmo nível das vertentes social, económica e cultural, de carácter formal e informal. Assim, procura analisar a evolução e a coexistência das comunidades árabe e judaica através da sua complexidade, que excede a consagração de objectivos políticos de base nacionalista. A autora analisa, por exemplo, a importância da atribuição de determinadas designações ao território (ou a partes que o compõem), de forma a possuírem uma legitimidade histórica mais relevante e, com isso, uma maior influência nos direitos de propriedade sob a terra.

Gudrun Krämer conclui recordando que a Palestina, durante séculos, nunca foi uma unidade política e geográfica independente. Mudou de nome, de fronteiras e de população. Por isso, a história política e a história do conflito que opõe as duas comunidades – árabe e judaica – consiste apenas numa parte da história da Palestina.

ESTHER MUCZNIK E JOSHUA RUAH (ORG.), ISRAEL ONTEM E HOJE

Lisboa, Difel, 2007, 399 pp.

A grande maioria dos livros publicados sobre Israel, em particular em Portugal, gira, incontornavelmente, em torno do conflito israelo-árabe. Por ocasião das comemorações do trigésimo aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e o Estado judaico, os

organizadores deste volume procuram contribuir para um melhor conhecimento da realidade israelita, através da recolha de uma série de contributos, incluindo os de Shimon Perez, Jorge Sampaio e Colette Avital.

A obra subdivide-se em testemunhos pessoais e artigos académicos que procuram abordar as questões históricas, políticas (incluindo uma análise crítica do sionismo e uma interessante apresentação sobre as questões demográficas da população judaica), de relações externas e questões culturais.

Se nos testemunhos pessoais – que abrem e encerram o volume – é incontornável a centralidade do conflito que opõe as comunidades judaica e árabe na Palestina, nos restantes artigos é notório o esforço para dar a conhecer uma realidade que escapa aos holofotes mediáticos e que sustenta a criação e a consolidação de um Estado que conta já com seis décadas de independência. Procura explicar-se a essência do Estado de Israel, para além das suas determinantes regionais, através de uma análise dos fundamentos do Estado e da sociedade, das suas fundações históricas e dos princípios e valores que compõem a cultura judaica e se transferem para os comportamentos quer da população em Israel, quer na diáspora.

Entre os artigos incluídos no capítulo histórico, destaca-se uma análise à proposta de utilização de parte do território de Angola para a criação de uma pátria para a nação judaica, avançada inicialmente em 1886 e recuperada em 1938, mas que acabou por não ter quaisquer efeitos práticos.

Para além das questões em torno da construção do Estado, de carácter histórico e político, são analisadas as determinantes de política externa de Israel, seja no que concerne à Europa e ao Vaticano, seja aos Estados Unidos, neste último caso sob a perspectiva quer da

relação entre aliados quer das condicionantes estratégicas. Destaque também para os contributos na área da literatura, com uma prosa da dramaturga Savyon Liebrecht e um conjunto de poemas de Francisco José Viegas.

■ ANA SANTOS PINTO